

## História e sentido da *Crónica da Vida Lisboeta*

JOAQUIM PAÇO D'ARCOS  
Escritor português,  
sócio-correspondente da ABL

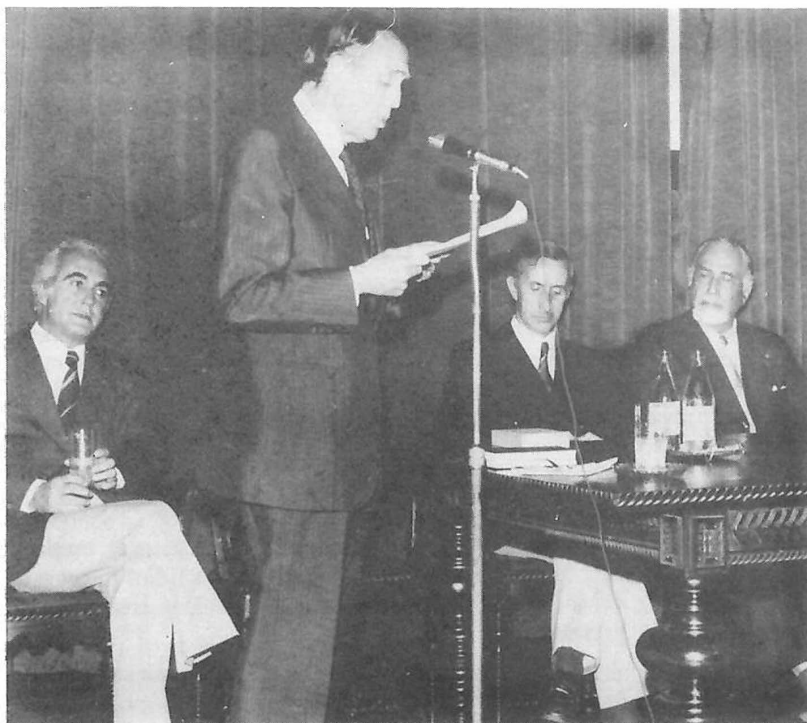
O tema e título desta conferência foram-me sugeridos pelo eminente escritor e meu velho amigo Luís Forjaz Trigueiros, aqui presente, a quem presto a minha homenagem.

A sua sugestão coincidiu com o pedido dos promotores desta sessão para vos falar da “Crónica de Vida Lisboeta”, colectânea de seis romances meus que em iniciativa muito honrosa para mim a Editora Aguilar reuniu num só volume da sua prestigiosa biblioteca luso-brasileira. Foi até a publicação desse volume que provocou o interesse pela matéria e a sugestão de tal tema para esta palestra.

Ser-me-á grato falar-vos dessa parcela da minha obra, embora não seja fácil, pois um pai torna-se sempre suspeito ao falar dos filhos. Se os denigre, é odioso, se os louva, pode tombar no ridículo. E esses seis romances, escritos ao longo de vinte anos, de 1936 a 1956, são, de facto, meus filhos dilectos e, portanto, tudo que deles diga levará a marca duma parcialidade contra a qual vos quero, desde já, prevenir.

Mas antes de abordar o tema que me foi solicitado, e para sua melhor compreensão, terei de me colocar no tempo e no espaço, o tempo, o século XX, o espaço, a cena portuguesa de que esses livros pretenderam ser a crónica romanesca. No limiar do actual século a sombra imensa dum homem franzino e doente — tão doente que a morte, cedo e injustamente, o levou —, a sombra de Eça de Queiroz cobria ainda, protectora mas absorvente, o campanário das letras portuguesas. Antes dele, dois grandes vultos se haviam agigantado na feitura de romances, pois é de romances que vamos tratar. Alexandre Herculano — Conferência pronunciada no Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, em 5/X/1976, e publicada em Lisboa, Guimarães & C<sup>o</sup> Editores, 1977 77 pp.

no e Camilo Castelo Branco. Coube àquele a primazia da introdução do romance histórico em Portugal. Fora poeta de eloquente inspiração, ensaísta corajoso e grande historiador. Mas na fase da vida em que o apego à veracidade histórica ainda lhe não estancara a imaginação, teve ainda a fantasia bastante para nos legar alguns romances históricos, **Eurico**, **o Presbítero**, **O Monge de Cister**, **O Bobo**, que são os modelos mais elevados do Romantismo Português, inspiradores de tudo que no gênero viria a escrever-se em Portugal. Ele próprio diria: “Estas páginas foram a semente donde proveio a floresta.” Mas a sua influência, grande ao tempo, já não se projectou para o nosso século. O romance histórico teve a sua época e o estilo de Herculano, apegado à atmosfera medieval que ressuscitava, não abriu, nem tinha de abrir, caminhos ao romance moderno. De resto, não é no romance, mas na **História de Portugal**, infelizmente incompleta, que Herculano nos legou a parte mais impercível da sua obra.



**Paço D'Arcos quando proferia esta conferência no RGPL, vindo-se ao fundo, da esquerda para a direita, o prof. Leodegário Azevedo Filho, o dr. Pinto da França, ex-Consul Geral de Portugal, e o sr. Elias Soares de Azevedo, Vice-Presidente de Finanças do Real Gabinete. (Cortesia da *Voz de Portugal*)**

Foi diferente o caso de Camilo Castelo Branco. Romancista, polemista, dramaturgo, poeta, crítico, investigador histórico, foi fundamentalmente, prodigiosamente romancista. Esse homem que, para ganhar a vida, cobiçara, sem as obter, as posições mais modestas, e só alcançou a mais perene glória; que,

depois de consagrado, ambicionou e recebeu títulos nobiliárquicos para passar à posteridade afinal por um nome só, Camilo — esse homem que fez do romance o seu ganha-pão quotidiano, conseguiu, pela força do génio, não o vilipendiar. Escreveu mais duma centena de romances, deixando, entre obras originais e traduções, 260 volumes.

Em 1851 publicou o seu primeiro romance, **O Anátema**, e até pôr termo à vida, em 1890, é uma máquina de trabalho e de luta, que a desgraça persegue e a cegueira acaba por vitimar. Foi o mestre incomparável do romance passional português e da profusão das suas obras destaca-se como a mais celebrada esse prodigioso **Amor de Perdição**, escrito em 1860 na cadeia do Porto, para onde o lançara um drama de amor. Influenciado por Eugène Sue e por Victor Hugo, escrevera anteriormente **Os Mistérios de Lisboa** e **O Livro Negro do Padre Dinis**. Mas logo recupera a forte personalidade criadora, plenamente afirmada já na sua primeira obra-prima, o romance **Onde Está a Felicidade?**, vindo a lume em 1856.

Num labor ininterrupto, o escritor vai aperfeiçoando a novela passional, em crescendo de intensidade dramática a que o mais prodigioso domínio da língua portuguesa, na dor, na violência, na piedade, no sarcasmo, havia de infundir acentos até aí nunca atingidos. Decorrem os seus romances, duma forma geral, entre as invasões francesas, a mandado de Napoleão, no dealbar do século XIX, até o apogeu da sociedade liberal, da qual ele era contemporâneo: a burguesia do Porto, para a qual reserva os seus motejos impiedosos, ou a pequena nobreza das províncias do Norte, campo da sua investigação, do seu amor e da sua fantasia.

Deste grande escritor se poderá dizer, todavia, que nunca o seu olhar passou além da fronteira do pequeno reino que o destino lhe dera por pátria. O Portugal ultramarino, a Europa, o mundo, não o interessavam em medida alguma. Vivia com as suas personagens e os seus fantasmas, perseguido pelos credores, como Balzac, considerando vendavais ciclónicos as polémicas literárias em que se envolvia, debruçado sobre a tacanha vida portuguesa como sobre o universo das suas criaturas.

Quando o Realismo, nova escola literária, ultrapassou as fronteiras e veio, nas páginas subtis de Flaubert, pôr em causa os exageros românticos ou troçar da exaltação amorosa, Camilo vergastou-o e caricaturou-o com azedume. Mas a corrente era mais forte do que ele e, cedendo ao seu ímpeto, acabou por se curvar à nova escola, a esse novo estilo, a essa nova concepção da vida, dos sentimentos e da arte, e deixou-nos, como prova da forçada adesão, um livro discutível, **Eusébio Macário**, publicado em 1880, e outro perfeito, **A Brasileira de Prazins**, vindo a lume em 1883. Mas as maiores altitudes da sua obra havia-as atingido na novela passional, lá, onde ainda se morria de amor e onde a honra obrigava a matar sem arrepio para a consciência. Quando a cegueira o atingiu, já ele, ao longo de algumas décadas, iluminara Portugal inteiro com o trágico fulgor do seu génio peninsular.

Na altura em que Camilo Castelo Branco cedeu, *malgré lui*, à corrente impetuosa do Realismo, já o Messias lusitano dessa nova fé, Eça de Queiroz,

se celebrizara com dois romances que representavam nos comedidos costumes portugueses daquele tempo uma revolução completa, literária e quase social: **O Crime do Padre Amaro**, em 1876, e **O Primo Basílio**, em 1878.

Foram esses os primeiros romances daquele que viria a ser, não pela extensão da sua obra, mas pela perfeição artística desta e pela influência profunda que exerceria — e é nisso, principalmente, que ele sobreleva a Camilo —, o maior romancista português. Filho espiritual de Taine, de Michelet e de Renan, no plano puramente literário de Baudelaire, de Thackeray e do autor da **Madame Bovary**, foi Eça de Queiroz não só o renovador do romance português, o homem que trouxe, na sua época, a Europa para Portugal e Portugal para a Europa, mas o estilista prodigioso que deu à língua portuguesa — por de cima do abuso de estrangeirismos de que foi acusado — uma maleabilidade, uma ductilidade até aí nunca atingidas, emprestando-lhe, em melodia e expressão artística, riquezas que ela ignorava possuir.

Viveu Eça de Queiroz, cônsul de profissão oficial, os últimos anos da sua vida na doce terra de França, que ele tanto amou. Cônsul-geral em Paris de 1889 a 1900, ano da sua morte, seria numa casa discreta de Neuilly que fecharia os olhos no dia 16 de Agosto desse último ano do século que o vira nascer para a mais imorredoura glória. Glória póstuma, a mais límpida de todas. Porque se a celebridade já o bafejara no seu pequeno país distante, Eça, um dos maiores artistas da Europa do seu tempo, era totalmente desconhecido na Metrópole vastíssima que habitava. Era “Monsieur le Consul” e ele próprio escondia, por detrás do rótulo burocrático, o seu nobre orgulho de escritor, a sua humildade de grande artista.

Da obra que nos legou, grande parte dela vinda a lume após a sua morte, destaquemos, como o padrão mais imperecível, o seu romance **Os Maias**, publicado em 1888 e que é o quadro admirável da vida de Lisboa nesse último quartel do século XIX. Dum realismo temperado pela ironia subtil e por um lirismo suave, mais artista do que Balzac, de quem se confessou discípulo, mas sem o seu extraordinário poder de demiurgo, mais próximo de Flaubert do que de Zola, compensando pelo prodígio da arte o que talvez lhe faltasse em capacidade de penetração psicológica e em consciência dos valores não literários que informam afinal a literatura — Eça de Queiroz, apesar de todas as limitações que, com zelo crítico, ponhamos ao seu engenho, não foi ainda ultrapassado no meu País. Foi o escritor que exerceu influência mais funda e duradoura: criou um estilo e esse estilo projectou-se sobre a vida real. Ergueu admiráveis caricaturas e os homens do mundo real foram rotulados pelos nomes das suas criações literárias. Os homens verdadeiros passaram e as suas criações perduram. Depois da sua morte, como nódoa de óleo que alastra, formosa nódoa, Eça de Queiroz, as suas obras, as suas personagens, os seus conceitos de vida, as suas frases lapidares, invadiram a vida portuguesa, inundaram o Brasil, alastraram pelas Américas de língua espanhola, influenciando o público e moldando a pena aos escritores, e foi contra ele e os seus fantasmas que durante muitos anos os autores de língua portuguesa, para não serem meros discípulos ou imitadores, tiveram de lutar.

Seria injustiça não destacar, dentre os que se moveram ainda “sob o signo de Eça de Queiroz”, o nome de Carlos Malheiro Dias, que viria a ocupar na Academia Brasileira de Letras a cadeira vaga pelo falecimento do grande mestre. Esse homem, a quem a vida tudo pareceu prometer e tudo afinal negou, não merece da nossa parte a mesma injustiça. Da sua obra, não extensa, mas multiforme, destacam-se quatro romances publicados nos primeiros anos do século. Escritor realista que o romance histórico atraiu — recordemos esse livro admirável que se intitula **Paixão de Maria do Céu** —, acabaria Malheiro Dias por se deixar atrair para o campo das ciências históricas, devendo-se-lhe a coordenação e parte da colaboração da monumental **História da Colonização Portuguesa no Brasil**, que a doença lhe não deixaria terminar.

Cabe a Aquilino Ribeiro a libertação definitiva do protectorado de Eça de Queiroz nas letras portuguesas. Do realismo do mestre e dos seus continuadores transita, ou antes, salta o romance português para o Regionalismo poderoso do autor de **Terras do Demo**. Pode ainda o primeiro livro de Aquilino, **Jardim das Tormentas**, surgir em 1913 com prefácio de Carlos Malheiro Dias; nem por isso deixa de ser total o rompimento com o passado recente. Aquilino vai às fontes mais puras da nacionalidade, os camponeses da sua aldeia, o povo rude da sua província da Beira Alta, e exalta todos esses seres, os seus instintos, a sua força telúrica, em páginas dum sabor novo, servidas por um estilo forte, de travo simultaneamente áspero e voluptuoso. Com o rodar dos anos alargou a sua actividade literária ao ensaio, à biografia e à reconstrução histórica, à polémica literária. Mas o vértice da sua obra permanece o grupo de novelas e de romances rústicos de que **Estrada de Santiago** é a mais luminosa constelação.

Terminara eu — posso hoje dizê-lo — a primeira fase da minha vida literária quando o poderoso criador do **Malhadinhas**, o cronista da saga beirão lançou o olhar duro, como o seu estilo forte, sobre a vida de Lisboa, cujas comodidades o haviam atraído e onde a sua glória resplandecia. Publicara eu até então um romance da experiência africana, **Herói Derradeiro**, outro, arrancado ao viver no Brasil entre os meus 20 e os 22 anos, e um livro de novelas cujas páginas a aragem do vasto mundo varria. Foi por essa altura que Aquilino Ribeiro publicou um romance lisboeta, **Maria Benigna**. As personagens eram cidadinas, lisboeta era o cenário em que se moviam. Mas tão hirtas que nada ficaram a dever em dureza àqueles rudes beirões que ele immortalizara em novelas e romances que lhe haviam dado o primeiro e indisputado lugar nas letras pátrias. O estilo, pejado de termos anacrónicos, ao mesmo tempo revolucionário e arcaico, pessoal e intransmissível, que dera vida e vigor às figuras e aos dramas campesinos, procurava servir, na Lisboa onde as personagens de Eça de Queiroz se haviam movido, um entrecho débil e figuras de puro artifício, porque outras o grande e rude escritor não soubera, na cidade, plasmar.

Prisioneiro do estilo que criara, um dos mais pujantes e característicos da literatura portuguesa de todos os tempos, Aquilino atribui a **Maria Benigna**, figura que pretende ser de requinte na cidade das sete colinas, linguagem que não se afasta muito da do imortal **Malhadinhas**, o rústico que ele estampara, inteiro e para nosso deslumbramento, nas páginas da sua obra.

Falava o Malhadinhas deste modo:

“Não andaria Nosso Senhor de terra em terra — eu cá nunca me avistei com Ele —, mas a verdade é que o Verão vinha no Verão e as cerejas a seu tempo. Bebia-se o briol por canadões de pau até que bonda. Um homem, mesmo com os dias cheios, tinha pena de morrer.”

E a requintada Maria Benigna, a lisboeta que Mestre Aquilino acrescentara ao rol vastíssimo das suas personagens, utilizava o mais puro estilo aquilino para as anotações no seu diário:

“Mais que sobrevivente é fantasma do mundo morto e bem morto, dos Fuas Roupinhos e Testas de Boi, simultaneamente homens de guerra e monteadores. Só isto de bater monte, armado e equipado, botarras, grevas, metais, pluma no chapéu os mais ritualados, os perros trabalhando ao alcance de tiro, com a obstinação de fuzilar o animalzinho que não tem outro forte além da ligeireza.”

Não seriam estas falas todas, a do rude Malhadinhas, a da civilizada Maria Benigna, uma só fala, a de Aquilino Ribeiro? O vigor do estilo não estaria a prejudicar irremediavelmente o múltiplo facetamento imprescindível à obra dum novelista?

A verdade é que o romance *Maria Benigna* nada acrescentou à justificada glória de Aquilino, até, em determinado aspecto, a maculou, e coisa alguma representa hoje na novelística consagrada à vida de Lisboa, de que *Os Maias* de Eça de Queiroz são, e certamente permanecerão, o pilar mais alto.

Foi a leitura da *Maria Benigna* e a verificação do que esse romance representava de falso como pintura da sociedade lisboeta, do que tinha de inteiramente artificioso na criação das personagens citadinas, que me levou, em reacção de lisboeta autêntico contra a pretensão do grande mas rude escritor provinciano, a pensar em escrever um verdadeiro romance de Lisboa, da Lisboa das sete colinas, em que nascera, de que andara muitos anos arredio, pela África, pela China, pelos Brasis, mas à qual regressara e onde me fixara havia meia dúzia de anos, um romance da cidade que era na realidade o meu habitat.

Como há pouco referi, a minha obra literária, contida até aí em três volumes, reflectia as minhas andanças pelo mundo, a minha experiência pessoal, tinha, para além da trama novelística, aquele quinhão de autobiografia com que o artista funde a realidade e o sonho. Era a altura de me debruçar, já não subjectivamente, mas como observador e testemunha, sobre o meio em que assentara arraiais, de cujos meandros e peculiaridades, após o meu regresso à casa em que nascera, rapidamente me assenhoreara, talvez porque ele fora afinal sempre o meu, mesmo quando me perdera pelos caminhos do mundo. Foi dessa aspiração, ao começo ainda vaga, que nasceu o romance *Ana Paula*. Comecei por dar à protagonista o nome de Isabel Maria, que ainda hoje se mantém nas primeiras páginas, manuscritas, do original. Mas logo o mudei para *Ana Paula* e em hora inspirada o fiz, porque hoje as Anas Paulas, mulheres en-

tre os vinte e os quarenta anos, proliferam no meu país e como antes da publicação do romance, há 38 anos, elas praticamente não existiam, concluem os observadores de tais fenômenos que o livro e o nome sonoro da heroína tiveram grande impacto — como é de uso dizer-se hoje — nos espíritos sensíveis das mulheres portuguesas.

O nome da heroína deu o título ao romance e em subtítulo acrescentei: “Psicologia duma Lisboaeta”. Ana Paula foi dessa forma, para mim, uma réplica à Maria Benigna, do grande Aquilino. Considerei tão grande a minha ousadia, que nunca a revelei e, a dizer com franqueza, é até hoje a primeira vez que a refiro.

Reflectiu esse romance a atmosfera da capital portuguesa nos anos que sucederam à Primeira Guerra Mundial e, logo em seguida, os do estabelecimento da ditadura militar que havia de preceder a instalação do Estado Novo a que o Prof. Oliveira Salazar daria forma jurídica, imprimindo-lhe, todavia e inequivocamente, o seu cunho pessoal. É a protagonista do livro católica praticante e a sua fé — aquela fé singela e pura que ainda não fora varrida pelos ventos da contestação — incute-lhe a força de ânimo para resistir à tentação que lhe daria a felicidade terrena. Críticos, certamente mais esclarecidos do que eu, julgaram ver no romance um propósito de edificação e de defesa do dogma católico, quando afinal o autor, afastado desde novo da fé católica, outro objectivo não teve do que o de ser fiel às suas personagens, autonomizá-las, respeitar-lhes os sentimentos ou as dúvidas, sem as macular com as suas preferências, as suas idéias pessoais ou preconcebidas.

Outros críticos, no campo oposto, não perdoaram ao autor ter criado para contracenar com Ana Paula, na qualidade de seu marido, um oficial do Exército, o capitão Jorge de Melo, herói das revoluções que haviam estabelecido o regime conservador e autoritário, atribuindo-lhe os defeitos e vícios que tanto infelicitariam a heroína. Também esses reparos não demoveram o escritor da teima na sua independência e do rigoroso respeito da autonomia das personagens. De paixões e vícios, de virtudes e de misérias é feita a natureza humana. Se Ana Paula era por de mais perfeita, já a Pequenu, protagonista do romance seguinte, Ansiedade, figura feminina de simpatia irradiante, de vida transbordante, utilizava com mestria todos os trunfos que, do cálculo interesseiro ao adultério impudico, lhe garantiriam o pleno êxito na sociedade.

Mas já nessa altura, meados de 1940, a Segunda Guerra Mundial devastava a Europa. Portugal defendia uma difícil neutralidade. E por sob a aparência da paz lusitana, defendida com mestria e firmeza pelo Dr. Salazar, moviam-se forças inquietas que a serenidade impenetrável do governante mantinha em respeito.

“Passam através deste livro os inquietos, os inadaptados. Chocam-se direcções contrárias do pensamento. É o drama do nosso espírito. Onde não há culpados. Onde tudo é incompreensão.

Este romance não defende nenhuma tese. Expõe uma situação e procura marcar tipos expressivos de uma sociedade angustiada.”

Foi esta a legenda, arrancada ao prólogo dum grande romance brasileiro, que coloquei no pórtico do livro.

Quando poucos anos decorridos, em 1944, terminei *O Caminho da Culpa*, aproximava-se a guerra do seu termo. Lisboa, protegida das devastações, fora campo de manobras dos beligerantes, em bars de hotéis, em salões de embaixadas, em gabinetes de chancelarias. Pelo meu gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros haviam passado, como em filme trágico, as queixas, as dores, os desesperos das vítimas da grande hecatombe. Eu vira o mar povoado de naufrágios e escaldavam-me o sangue e as lágrimas da Europa esvaída. E, todavia, Lisboa vivia em paz, uma paz quase ofensiva da magnitude do drama.

Foi nessa atmosfera que coloquei talvez a mais comovedora heroína da minha obra: Eugénia Maria, a filha do avarento Visconde de Pedrógão, a esposa sensível do grosseiro Gil de Macedo. Em volta da protagonista um mundo vasto de personagens, algumas vindas dos romances anteriores: o Prof. Eduardo Reis, lente de Direito, figura de primeiro plano em *Ana Paula*, comparsa nos romances seguintes; Costa Vidal, o grande banqueiro e industrial, magnate implacável na sociedade capitalista, amante da Pequenu no romance *Ansiedade*, impulsor do progresso e destruidor de homens; o Prof. Paulo de Moraes, médico e amante de Eugénia Maria. E tantos mais, desde o Huguinho Meireles, bobo imprescindível na alta sociedade, à compreensiva e bondosa Condessa de Lantemil.

Foi por essa altura, final de 44, que tomei consciência de que, com início em *Ana Paula*, estava a erguer um painel da vida portuguesa, no cenário da capital e nos sectores dominantes — série de romances a que imprimiria continuidade. “Crónica da Vida Lisboaeta” foi o título que me saltou à pena para cobrir a saga em plena construção.

Tendo-me compenetrado do que fora até aí mal definido propósito, antecederia a publicação desse romance, *O Caminho da Culpa*, das seguintes palavras, definidoras já duma clara intenção:

“Surtem neste romance figuras vindas de livros anteriores. Os protagonistas de *Ana Paula* foram comparsas em *Ansiedade* e aparecem ainda em cena, aqui e ali, ao longo deste longo *Caminho da Culpa*.

*Ana Paula* procurou ser um quadro da vida lisboeta naqueles anos que antecederam a guerra e dos quais a intensidade e grandeza dos acontecimentos sobrevividos nos afastam já muito mais do que a simples marcha do tempo.

*Ansiedade* quis continuar a ser, um pouco, crónica da vida portuguesa, já nos começos de 40, em clima influenciado pelas primeiras vagas do conflito que tanto havia de alastrar e de durar.

*O Caminho da Culpa*, após digressões do autor pelo campo da novela, do teatro e do ensaio, retoma o fio da crónica interrompida no desolado fecho de *Ansiedade*. São outras as personagens essenciais, é diverso, e até mais pungente, o drama, mas tal-



vez se possa dizer que prossegue o ciclo encetado em *Ana Paula*, ou, mais remotamente, em *Herói Derradeiro*, ciclo a que o autor pretendeu dar continuidade que de alguma maneira valorizasse a sua obra, no que ela possa representar uma época, com seus erros, misérias, lutas, problemas e anseios.

E se alguns trechos iniciais deste livro evocam anos já decorridos, embora não distanciados, as suas cenas finais quase atingem, em data, a própria altura em que o autor as escreveu: março de 44. Porque é a atmosfera da hora em que vive que ele tenta fixar. Não para se curvar à sua transitoriedade. Mas para tentar — talvez vão desígnio! — perpetuá-la um pouco mais, em arte, ou, se mais não seja, naquela aspiração de arte que escraviza e subjuga.”

E encimaria o curto prólogo com a legenda de Alain: “*Et maintenant il faut animer un monde.*”

Esse mundo, erguido ao longo de anos espaçados, contém 223 personagens, cuidadosamente catalogadas por uma escritora, Maria Dulce Quintão, que preparou, para a edição Aguilar, o índice completo de todas elas, protagonistas e figurantes. Definiu-lhes a posição na grande teia em que se movem, o papel que cada uma desempenhou, as características pessoais. E até o romancista se surpreende ao ver inventariados por ordem alfabética, em fichas sintéticas e elucidativas, como num arquivo de identificação, todos esses seres a que deu vida, sem sonhar que um dia a investigação literária viria dessa forma a legalizar-lhes a existência.

Mas já anteriormente, num estudo notável, com que honrou o meu labor criativo, outro investigador do fenómeno literário, o Dr. Cruz Malpique, exactamente no capítulo do seu trabalho que intitulou “O Mundo dos Figurantes”, observara:

“Na sua teoria de romances perpassam largas dezenas de personagens, das quais valeria a pena fazer estudo circunstanciado, de natureza psicológica e ética, assim um tanto à maneira daquele que foi feito por Félicien Marceau, relativamente a Balzac — *Balzac et son monde.*”

E em incisivas pranceladas o ensaísta destacaria alguns dos vultos primicias:

“O Conde da Balsa, figura curiosa do aristocrata acomodático, velha cepa procurando reviver num mundo onde só o dinheiro é ditador. Eduardo Reis, paradigma de advogados, depois de estrangular o seu amor por Ana Paula, esposa do seu cliente e amigo, continua uma carreira cheia de êxitos, no mundo do foro e da finança. É bem instalado que o encontramos na vida e nos romances do seu criador. Pequenu, criatura frívola e de relações cortadas com a vergonha. Carminho, ‘pequena gata borralheira da burguesia lisboeta, constantemente exaltada por sonhos de evasão, tão verídica e tão poética, prisioneira dum cárcere estreito demais’, como escreveu João Ameal.

Costa Vidal, banqueiro, industrial, o boss, segundo a expressão que os Americanos puseram a circular na gíria mundial. Até onde se podem fazer profecias, diremos que não mais sairá da obra do escritor essa personagem balzaquiana, com a qual voltaremos a topar ao longo dos romances da ‘Crónica da Vida Lisboaeta’. Conhecemos-lhe as amantes e as combinações de negócios; as transigências e as grosserias — sem esquecermos as suas generosidades e atenções para com o belo feminino.

O seu títere, o Dr. Moura Teles, advogado sempre encostado à sombra dos negócios do banqueiro e transformado em seu homem de confiança, surge-nos no Caminho da Culpa e, de degrau em degrau, vai prosperando até às cadeiras do Governo (encontramo-lo Ministro do Fomento, na Corça Prisioneira) e aos jantares da alta-roda. Para casar bem, com a filha dos Viscondes de Montemor, que lhe abrirá as negaciantes portas da aristocracia, abandona e sacrifica a amante, a pintora Maria Helena, de Tons Verdes em Fundo Escuro. Já no Caminho da Culpa, para se dar ares de conquistador, pisara a reputação de Eugénia Maria, a malograda heroína desse doloroso romance, uma das protagonistas por quem o autor se apaixona, no dizer de Óscar Lopes.”

Não termina aqui o inventário das personagens da “Crónica”, magistralmente conduzido pelo Dr. Cruz Malpique, a quem, tantos anos decorridos sobre a publicação do seu trabalho, volto, aqui de longe, a testemunhar o meu reconhecimento. Honrosamente para mim ele concluirá: “O mundo do amor, o poderio do Estado moderno e a inquietação cruciante dos oprimidos, tudo isso consta destes livros, cobrindo já três décadas da vida portuguesa.”

Quando no final de 1946 publiquei Tons Verdes em Fundo Escuro, dedicado a um grande poeta e escritor brasileiro, amigo que viria a perder nos atalhos em que a Morte espreita, traiçoeira, a Vida — “ao citar o seu nome de amigo, Ribeiro Couto, evoco o seu país, onde vivi e trabalhei, certas horas de nostalgia e de incerteza, que fui reencontrar na sua obra, estados de espírito que senti ou sofri e cujo eco ressoa nos seus versos, tudo que faz de si um grande artista e me engrandece — só por me sentir seu irmão” —, quando no final de 46 publiquei Tons Verdes em Fundo Escuro, já o pesadelo da Guerra Mundial terminara e ainda não tivera início a Guerra Fria, que poria face a face, irreductíveis, os aliados da véspera, portadores de concepções opostas da condição humana e de métodos diferentes de a melhorar. Era essa atmosfera, de relativa descontração, e já não a atmosfera angustiante do final de O Caminho da Culpa, que se respirava no livro, em que pontificavam, na peugada do Presidente do Conselho, os lentes de Coimbra, em que prosperavam os magnates da nova plutocracia, que a estabilidade do regime favorecera, e em que os advogados ambiciosos escalavam, com destreza e sem grandes escrúpulos, as cadeiras do Poder! África, a África Portuguesa, ecoava na fala nostálgica dos que uma vez lhe haviam sentido a sedução, o mistério e o secreto jugo. Atravessa o romance uma figura suave de mulher, a pintora Helena Medeiros,

e abriga ele aqueles que, como Monsieur le Baron e Madame de Neuhdof, a guerra lançara, naufragos, para as praias lusitanas.

Já quatro anos depois o *Espelho de Três Faces*, publicado no final de 1950, se desenrola em ambientes diferentes. O cenário continua a ser o mesmo: a Lisboa de sol e de aguaceiros, reclinada sobre o Tejo, em que todo aquele mundo, observado e recriado pelo autor, se agitava.

Do fundo das penitenciárias saem, com a pena cumprida, os velhos revolucionários, apegados sempre, e teimosamente, à crença comunista. Dá-lhes guarida a fauna capitalista, espreita-os a Polícia política. E a filha do condenado, que se fizera meretriz, morre na pensão pelintra, velada pelo coro grego das prostitutas suas irmãs. A par dessa figura comovente de Manuela, outras duas figuras de mulheres, de estratos sociais diferentes, Maria do Céu e Maria Antónia, a justificarem o título do livro, *Espelho de Três Faces*. Costa Vidal, o magnate, sacrifica o engenheiro Leonel Sobral, que sonhara com a justiça para os pobres e os humildes. Presente, dominadora sempre, a ambição do autor de retratar um mundo de que as paixões, os interesses, as intrigas, os gestos nobres e as baixeiras eram as molas propulsoras. Essa ambição expressei-a citando no pórtico do livro as palavras de Balzac, escritas pelo grande romancista, em 1842, na Introdução à edição completa da “Comédia Humana”:

“Fazendo o inventário dos vícios e das virtudes, reunindo os principais motivos das paixões, pintando os caracteres, escolhendo os acontecimentos principais da sociedade, compondo os tipos pela reunião dos traços de muitos caracteres homogêneos, talvez possa eu chegar a escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes.”

Com intervalo de seis anos, em que me desviei para outros caminhos do mundo e da literatura, publicaria no final de 56 o último romance da série que provocou este meu depoimento: *A Corça Prisioneira*. Desenhava-se no mundo a ameaça atômica. E as novas forças, que o homem descobria com sua inventiva, talvez para sua destruição, emprestavam ao confronto de ideais um estigma aterrador. É nesse ambiente, de sigilo e pesadelo, que se movimentam os cientistas, vigiados pela Polícia, que se desenrola a paixão secreta que levaria a protagonista, Leonor Malafaya, ao assassinio.

Mais do que tudo que vos dissesse valem as palavras do insigne Professor Soares Amora na Introdução à edição Aguilar destes seis romances reunidos em volume:

“Nessa sociedade, vista em todos os seus aspectos e na sua evolução através de uns trinta anos, o autor procurou surpreender alguns dramas e com eles compor os romances da série. Reduzidos ao essencial, esses dramas são de dois tipos: dramas passionais e dramas ideológicos. Dramas passionais são os de Ana Paula e Eduardo Reis (*Ana Paula*), de Pequenu e Toy (*Ansiedade*), de Eugénia Maria e Paulo de Moraes (*O Caminho da Culpa*), de Maria Helena e Moura Teles (*Tons Verdes em Fundo Escuro*), de Maria do Céu, Manuela, Maria Antónia e Leonel Sobral (*Espelho de Três*

Faces) e de Leonor Malafaya e Alberto de Lemos (A Corça Prisioneira). Dramas políticos ou doutrinários são os de Toy, de Ildefonso Barradas e Pedro de Oliveira Pinto (Ansiedade), de Paulo de Morais (O Caminho da Culpa), de Macieira (Espelho de Três Faces) e de Alberto de Lemos (A Corça Prisioneira), todos comprometidos e também comprometidos com as lutas entre o regime dominante e as suas oposições (Monarquismo, Republicanismo e Comunismo).

Os dramas amorosos resultaram de violentas paixões femininas, impossíveis de se satisfazerem, por motivos de ordem moral, religiosa, social ou simplesmente legal. Os dramas políticos resultaram de convicções doutrinárias igualmente violentas e impossíveis de se imporem.

Se o processo cronístico permitiu ao escritor oferecer ao leitor todos os aspectos da vida política, social, econômica e moral de Lisboa, desde os anos de 20 aos de 50 (e nesse sentido é excepcional o poder de compreensão do escritor), o processo dramático permitiu-lhe dar, a seus romances, a par do elemento sem o qual eles não seriam romances, um excepcional interesse humano, decorrente da força dos caracteres que concebeu e da violência da luta que travaram contra os obstáculos que se opuseram às suas vontades.”

Quando o Prof. Óscar Lopes me honrou consagrando à “Crónica da Vida Lisboaeta” um luminoso ensaio, dirigiu-me ele perguntas que, com as minhas respostas, publicou em anexo ao seu trabalho. À terceira pergunta — “Concorda que a ‘Crónica da Vida Lisboaeta’ tenha uma intenção ou uma estrutura balzaquiana? Se sim, em que sentido?” — pude responder:

“Concordo, talvez por tanto o ouvir dizer, que a ‘Crónica da Vida Lisboaeta’ tenha uma intenção e estrutura balzaquianas. Em que sentido? No de abranger, não todas, como foi a ambição do demiurgo francês, mas algumas camadas da sociedade — as de minha mais directa observação —; não como médico, mas como patologista da vida social; no de abarcar, numa série de quadros que se sucedem no tempo, a época de que sou testemunha, rica de conteúdo romanesco, embora escondido, como o oiro, nas areias estéreis. E, como Balzac, não à sua imitação mas talvez em consequência do meu conhecimento da vida e por tendência do espírito de ficcionista, dei ao dinheiro o seu valor de mola das peixões, a par do impulso erótico e tão forte como este. Balzac introduziu o dinheiro no romance. E desde o seu tempo a humanidade não mudou, na sede, legítima ou sôfrega, dos bens deste mundo. Todas as paixões, e as do amor e as do dinheiro primordialmente, procurei gravar nos meus livros, e a evocação do grande Mestre, a propósito das minhas intenções, sem a aceitar como tutelar, é, todavia, honrosíssima.”

Vão decorridos vinte anos sobre a publicação do último volume da saga lisboeta. Ao longo deles outros temas, outras modalidades literárias abordei. É diferente hoje a sociedade portuguesa, mais grave a hora que vivemos; mas se em alguma coisa contribuí para deixar o retrato dessa sociedade em décadas de talvez enganosa tranquilidade, e se com esse meu depoimento transcendi o papel de repórter para me colocar no plano da criação artística, conciliando, em síntese literária, a realidade que passa, a lembrança que permanece e o imaginário que perdura, cumpro o meu dever, o dever que foi gosto, voto voluntário e escravidão.

Queixam-se certos críticos, mais cômicos das nossas limitações do que nós próprios, de que nos romances da saga lisboeta os vultos femininos ultrapassam de longe, em vigor e perfeição criativa, as personagens masculinas. Poderei argumentar em minha defesa que as figuras femininas pertencem aquela espécie eterna que os artistas moldam com amor. E que às personagens masculinas são os espécimes duma sociedade em crise e em declínio, são os anti-heróis. Banqueiros, advogados, técnicos, dirigentes policiais, altos funcionários, ministros, aristocratas, tocou-os a minha ironia, mas não os pude erguer acima da sua própria mediocridade. O único herói da saga romanesca, o Toy, do volume *Ansiedade*, é um herói falhado, que morre, sem glória, a defender ante um levante revolucionário, em 1940, a causa que trinta e quatro anos decorridos tombaria sem ter um herói só, um Toy, a defendê-la.

Pareceria talvez profética a interrogação que no pórtico impresso desse livro, e em dedicatória a um português eminente, ditada em Agosto de 1940 por grande e perduradoura amizade, formulei: “Entre o Portugal dos nossos pais e dos nossos filhos estamos nós. Que herdámos duns, que transmitimos a outros?”

Também a resposta, em sua tragicidade, viria, trinta e quatro anos decorridos, numa manhã de Abril.